

1) Sessões de cinema do Auditório da ADUFSCar já têm acessibilidade plena.

Lembramos os associados da ADUFSCar que desde o dia 8 de julho, após o encerramento das obras, o Auditório da ADUFSCar conta com elevador e, portanto, o local tem hoje plena acessibilidade. Confira a seguir a programação de julho. Filmes já exibidos: 08 de julho, 15h, Branca de Neve e os Sete Anões, 1938; 13 de julho, 18h, O Poderoso Chefão, 1972; 15 de julho, 15h, Star Wars: Episódio I - A Ameaça Fantasma, 1999; 20 de julho, 18h, O Poderoso Chefão - II, 1974. Última exibição de julho: 27 de julho, 18h, O Poderoso Chefão - III", 1990. As sessões serão retomadas a partir de fins de agosto.

2) Financiamento do EM pelo BIRD e Banco Mundial escancara privatização e afronta soberania nacional.

A Reforma do Ensino Médio será financiada por empréstimos tomados de agências internacionais: o MEC foi autorizado pelo Ministério do Planejamento a solicitar apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial para implementação do Novo Ensino Médio nos estados. A matéria está documentada em publicação no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 17 de julho de 2017. Parte dos recursos virá do 'Programa para Resultados' (PforR), além de 21 milhões de dólares destinados a 'assistências técnicas'. O PforR vincula os repasses do empréstimo – que irão para secretarias estaduais e distritais – ao alcance de resultados, que serão medidos por indicadores que serão '*acordados*' entre o MEC e a banca internacional.

Assim, lamentavelmente, o Brasil submeter-se-á de novo – em área tão nobre como a educação – à ingerência internacional, que estabelecerá condições, limites e orientações para ações educativas, já que regras aprovadas fora do Brasil definirão se, quando e onde serão aportados recursos para viabilizá-las.

Para que se tenha uma ideia da extensão dessa ingerência, a ela ficarão submetidos temas como: formação de técnicos educacionais para a adaptação dos currículos; elaboração de itinerários formativos; reprodução de materiais de apoio; e implementação dos novos currículos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

As 'assistências técnicas' apoiadas por esses recursos deverão oferecer, segundo o MEC, 'serviços de consultoria especializados, de alto nível, para apoiar o MEC e as secretarias estaduais e distrital'.

O impacto será, portanto, duplo. Em primeiro lugar, serão repassados para consultorias privadas recursos que deveriam ser utilizados para o planejamento público de políticas igualmente públicas de educação, pensadas no Brasil e para o Brasil. E, em segundo, junto com isso virão as concepções privatistas de ensino e de educação, que serão obrigatoriamente repassadas a gestores e a professores. Fere-se a Constituição Federal, que define a educação como um direito – e a proposta é transformá-la em mercadoria.

Quase 50 anos depois, o Brasil está de volta à lógica dos “Acordos Mec-Usaid” da extinta ditadura militar, contra os quais lutou toda uma geração, em defesa da educação e da soberania nacional.

Relembramos que, no fim da década de 1960 e na década de 1970, os acordos MEC-Usaid visavam estabelecer convênios de suposta assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira, da educação primária ao ensino superior, mas, na verdade, escamoteavam um outro objetivo subjacente: o de fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz dos interesses e das necessidades do desenvolvimento dos ditos países 'centrais'.

O que agora está em curso é um projeto articulado de privatização da educação básica pública no Brasil, com auxílio e interferência do capital internacional: haverá enorme pressão para mostrar

‘resultados’ aos financiadores; simultaneamente, abre-se o ‘mercado educativo’ para empresas e consultorias.

3) Governo se recusa a negociar e servidores podem ficar sem reajuste em 2018.

A Campanha Salarial dos Servidores Federais caminha para o terceiro mês e não há sinalização de avanços. Há sério risco de que os servidores, como um todo, fiquem sem qualquer recomposição salarial em 2018. Ressalte-se que os reajustes recebidos pelos servidores em agosto de 2016 e janeiro de 2017 foram negociados no governo Dilma Rousseff, em 2015. O discurso oficial do governo é o que se poderia esperar: “não existe possibilidade de negociar demandas que gerem impactos financeiros, por conta da aprovação da EC 95” (a antiga ‘PEC do Teto’).

Exceções à ‘recomposição salarial zero’ incluem algumas carreiras típicas de Estado, que obtiveram vantagens salariais já no governo Temer, e, também os docentes federais – ver abaixo.

Docentes federais serão exceção: reestruturação das carreiras negociada trará melhoria salarial.

Os docentes federais também se beneficiarão de **Termo de Acordo assinado pelo PROIFES em 2 de dezembro de 2015** com o governo Dilma, e terão suas carreiras reestruturadas em **3 etapas: agosto de 2017, agosto de 2018 e agosto de 2019**. Em cada dessas etapas haverá melhorias salariais variáveis, dependendo da classe, nível, titulação e regime de trabalho. Ao todo, nas 3 etapas, haverá uma elevação salarial média levemente inferior a **9%**, distribuída em 3 parcelas iguais – já no próximo mês de agosto de 2017 será implantada a primeira fase da reestruturação.

Em um próximo Comunicado informaremos detalhadamente os percentuais de aumento salarial, por classe e nível – contracheque de agosto, a receber em 1º de setembro. As recomposições serão iguais para as duas carreiras – Magistério Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

4) Conselho Fiscal aprova Prestação de Contas/2016 e Proposta Orçamentária/2017.

O Conselho Fiscal da ADUFSCar (que é o Conselho de Representantes – denominação pela qual é historicamente conhecido) aprovou por unanimidade a Prestação de Contas de 2016 submetida pela Diretoria da ADUFSCar e, também, a Proposta Orçamentária de 2017 apresentada.

Prestação de Contas de 2016.

O gasto com **salários e encargos** dos funcionários de São Carlos, Araras e Sorocaba, como usual, figura dentre os maiores da entidade (22,7% da arrecadação). Seguem-se em volume as despesas com **assessorias, dentre elas a jurídica**, que oferece serviços aos associados de todos os campi (10,8%). A terceira maior despesa refere-se a **investimentos** e corresponde, em boa parte, à compra e instalação de equipamentos para permitir que as assembleias sejam realizadas no modelo de vídeo conferência (9,5%). Segue-se em magnitude o valor dos **repasses para o PROIFES** (8,8%). O montante gasto em **transportes e hotéis** vem em quinta posição (8,8%). Depois disso, pela ordem, estão:

- Obras e manutenção (todos os campi), 3,8%;
- Festividades (todos os campi), 3,5%;
- Repasses para os demais campi, 2,1%;
- Outros serviços e encargos 1,8%;
- Materiais de consumo, 1,4%;
- Telefonia fixa e móvel (todos os campi), 1,2%;
- Escritório de contabilidade, 1,1%; e
- Diárias pagas a representantes da ADUFSCar em eventos (Encontro Nacional do PROIFES, Seminários, audiências com o governo federal, etc.), 1,0%.

Os demais gastos representam percentuais inferiores a 1%. Houve uma poupança de 21,1% da arrecadação – que será destinada à construção da Sede da ADUFSCar em Lagoa do Sino (ver adiante).

Proposta orçamentária para 2017.

A expectativa de arrecadação e as despesas vinculadas à arrecadação foram projetadas com acréscimo de 6%, referente ao aumento médio dos docentes entre 2016 e 2017.

As demais despesas foram corrigidas em 4% (inflação prevista para o período).

A exceção ficou por conta da previsão de uma despesa de **R\$ 400.000,00 com obras e manutenção, basicamente destinados à construção da Sede da ADUFSCar em Lagoa do Sino.**

A previsão é de que 2017 feche com superávit de 12,1%.